

Compromisso com a Defesa Nacional e a Soberania

O compromisso com a defesa nacional foi continuamente reforçado nos governos de Lula e Dilma. **As Forças Armadas foram mais bem aparelhadas, bem remuneradas e integradas** ao projeto democrático de desenvolvimento da Nação. Por isso, nos 13 anos do PT, o **orçamento da defesa cresceu 60% acima da inflação**, número que mostra a prioridade concedida ao investimento nessa área.

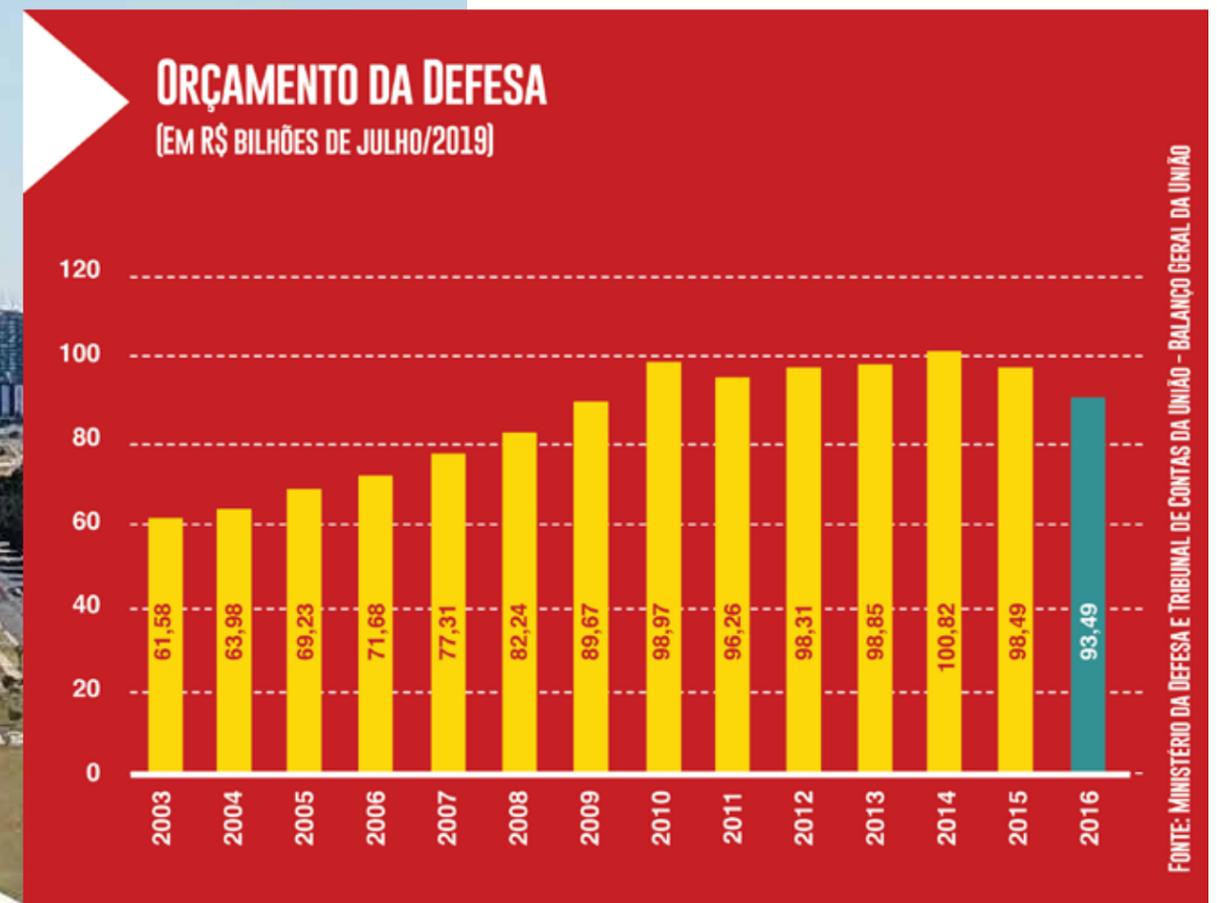




FOTO: DIVULGAÇÃO FAB

POLÍTICA DE DEFESA EFICIENTE

Nos 13 anos de governo do PT, foram implantadas:

- ★ a Política Nacional de Defesa (PND), aprovada em 2005 e atualizada em 2012, que é o instrumento de mais alto nível de planejamento da área, estabelece os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, os objetivos nacionais no setor e os meios para atingi-los;
- ★ a Estratégia Nacional de Defesa (END), lançada em 2008 e revista em 2012, contém as diretrizes para a preparação e capacitação das Forças Armadas e para a organização e fortalecimento da indústria de defesa, com base nas necessidades de equipamentos das Forças;
- ★ o Livro Branco de Defesa Nacional, lan-

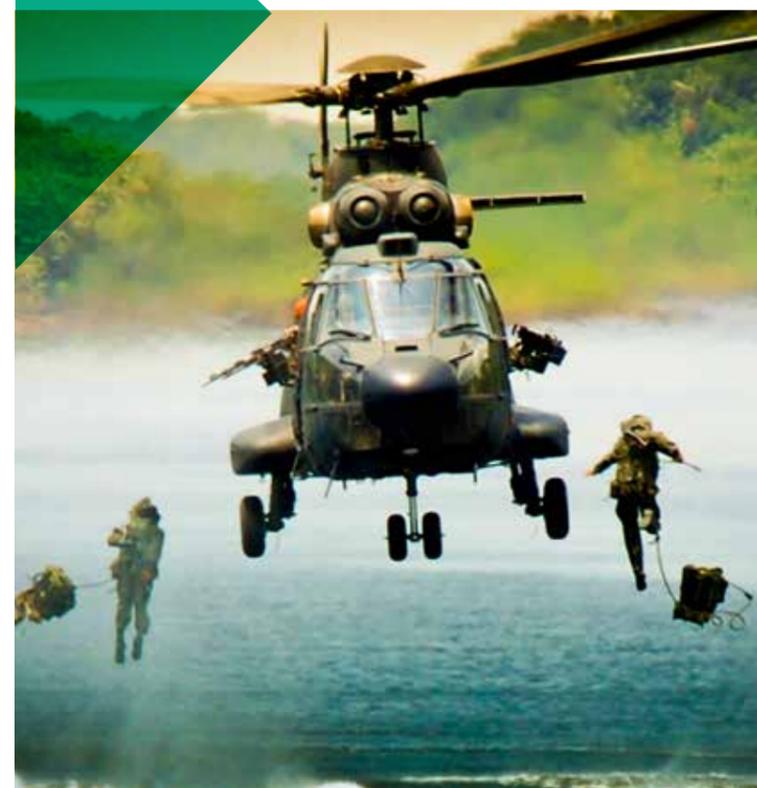
çado em 2012, traz informações sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania.

Tudo isso foi acompanhado, a partir de 2004, de uma política de aumento real do soldo das Forças Armadas, de 33% para gerais e de 50% para capitães, por exemplo. Isso sem mencionar os adicionais, que variam de 13% a 28%, quanto mais alta a patente, e outras gratificações. O último decreto dessa nova política de remuneração das Forças Armadas foi assinado por Dilma Rousseff em dezembro 2015, quando foi assegurado um aumento médio de 30% escalonado em 3 anos, que se completou em janeiro de 2019. O golpe de 2016 e a posterior adoção da emenda constitucional que congelou os gastos públicos colocou em risco essa construção estratégica.

PROJETOS ESTRATÉGICOS E A INDÚSTRIA DE DEFESA

O reaparelhamento das Forças Armadas foi orientado, nos governos do PT, por um duplo objetivo: assegurar condições operativas adequadas às funções constitucionais das três armas e estimular o desenvolvimento produtivo e a inovação, com a consolidação da indústria de defesa nacional. Foi tomada a decisão estratégica de usar a política de compras governamentais na área de defesa para fortalecer a cadeia produtiva da indústria e de serviços associados.

Para isso, foram asseguradas as condições para implementar o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), que contém os projetos de médio prazo para o reaparelhamento estratégico das Forças Armadas. E no governo Dilma, em 2012, foi aprovada a Lei de Fomento à Base Industrial de Defesa, que concedeu tratamento tributário diferenciado às indústrias classificadas como estratégicas e criou incentivos ao desenvolvimento tecnológico com base nas encomendas das Forças Armadas.



São frutos da política de defesa implementada nos governos do PT os seguintes projetos estratégicos:

★ **Projeto H-XBR**, criado em 2008, no governo Lula, para dotar a indústria aeroespacial brasileira da tecnologia necessária para desenvolver e produzir helicópteros. Em parceria com a França, Helibrás foi a empresa brasileira destinatária da transferência da tecnologia em um projeto que previa a aquisição de 50 helicópteros – 16 para cada uma das três Forças e dois para a Presidência da República –, com a capacitação de profissionais no desenvolvimento de aeronaves de asas rotativas. O primeiro helicóptero foi concluído em 2014 e, até 2019, 34 unidades haviam sido entregues.

★ **Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica**, iniciado em 2012, no governo Dilma. Além de assegurar a autonomia e soberania na área de comunicações via satélite, perdida desde a privatização da Embratel, esse projeto permitiu a produção do satélite propriamente dito, todo o segmento solo associado, e acesso a tecnologias espaciais críticas, por meio de programas de absorção e de transferência de conhecimento, desenvolvido em uma parceria entre Embraer e Telebras;

★ **Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)**, criado em 2008, no governo Lula. Previa a construção de quatro submarinos convencionais, a elaboração do projeto e construção do primeiro submarino com propulsão nuclear brasileiro, além da infraestrutura industrial de apoio à operação e manutenção de submarinos. O PROSUB foi implementado em parceria com a França, que assegurou a transferência de capacitação tecnológica para o Brasil. O primeiro dos

quatro, o Submarino Riachuelo (S-40), foi lançado ao mar em 14 de dezembro de 2018;

★ **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**, iniciado em 2012, no governo Dilma, para vigiar os cerca de 17 mil km de fronteiras terrestres do Brasil, protegendo a integridade do território e coibindo crimes transfronteiriços. O sistema utiliza satélites, radares e outros sensores para promover varreduras territoriais, cujos dados são enviados a agentes que promovem a vigilância em tempo real. A maior parte (70%) dos equipamentos e tecnologias utilizados são de origem nacional. Atualmente, o projeto-piloto do SISFRON está implantado em cerca de 600 quilômetros da faixa de fronteira, no sudoeste do Mato Grosso do Sul, a partir do município de Dourados;

★ **Programa Guarani**, iniciado em 2013, no governo Dilma, para equipar o Exército com uma nova família de blindados sobre rodas, equipados por modernos sistemas de armas com letalidade seletiva e

sistema flexível de comando e controle. O programa envolveu a participação de 125 empresas fornecedoras de insumos, sendo 90% de origem nacional. Já foram entregues 300 viaturas de um total de 1.580, que deverão estar em uso nas diferentes unidades militares até 2038;

★ **Projeto F-X2**, contratado em 2014, no governo Dilma, com a empresa sueca SAAB. Tem o objetivo de reequipar a Força Aérea Brasileira com aviões de caça e, ao mesmo tempo, assegurar avanços tecnológicos na indústria de defesa nacional. Estão previstas aquisição de 36 aviões de caça Gripen bem como a implementação de um programa de transferência de tecnologia com cerca de 60 projetos-chave, sendo o Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen, a cargo da Embraer, o mais expressivo. A primeira aeronave brasileira, para realizar ensaios de desenvolvimento, voará em 2019 e os primeiros aviões de série serão entregues à FAB em 2021;

★ **Projeto KC-390** para desenvolvimento de um cargueiro nacional em parceria da FAB com a Embraer. A proposta era desenvolver uma aeronave multimissão, com capacidade para transportar até 23 toneladas e operar em diferentes cenários, da Floresta Amazônica à Antártida. Isso permite que o país passe a participar de um nicho de mercado dominado por empresas internacionais. Mais de 50 empresas brasileiras participaram do projeto, que contou com a colaboração da Argentina, Portugal e República Tcheca. Em 2014, o governo Dilma autorizou a assinatura de contrato de aquisição de 28 aeronaves, que serão entregues ao longo de oito anos. No início de 2015, foi realizado o voo inaugural do KC-390, iniciando a fase de testes dos dois protótipos.

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Nos governos do PT, em simultâneo à maior importância do Brasil no cenário

global, cresceram as missões militares em operações de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas.

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), criada pelo Conselho de Segurança da ONU, teve seu componente militar comandado pelo Brasil durante seu período de vigência, de 2004 a 2017. Além de garantir a segurança institucional do país, militares brasileiros das três Forças se mobilizaram na reconstrução da infraestrutura do Haiti, destruída pela guerra, pelo terremoto de 2010 e pelo furacão Matthew em 2016.

Desde 2011, o Brasil comanda a missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A Marinha mantém um navio e uma aeronave na costa libanesa para evitar a entrada de armas ilegais e contrabandos. Contribui também para o treinamento da marinha libanesa, para que, no futuro, realize essas ações de forma autônoma.



DESMONTE

Todos esses projetos estratégicos e seus efeitos dinamizadores sobre a indústria de defesa nacional, sobre o emprego e sobre a geração de tecnologia no Brasil estão sob risco. Tais ameaças decorrem das restrições orçamentárias impostas pelo congelamento dos gastos públicos; dos impactos destrutivos da Lava Jato sobre a cadeia de engenharia nacional, pois em vez de penalizar os controladores pelos eventuais crimes, inviabilizou seg-

mentos inteiros da indústria; e da privatização da Embraer, parceira estratégica em vários projetos das Forças Armadas.

A liderança do Brasil em forças de paz deve-se ao fato de o país ser reconhecido, até então, pelo respeito à soberania dos povos e pela neutralidade em relação a interesses de um ou outro país. A postura ideológica que o Brasil assumiu em sua política externa no governo Bolsonaro tende, a médio prazo, a restringir o papel do país nas missões de paz.



FOTO: SERGIO AMARAL/MDS